

/ PALAVRA DO LEITOR

JC Contabilidade

Um estudo recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) apontou que metade das descrições de carga tributária nas notas fiscais do Brasil está irregular (Caderno JC Contabilidade, **Jornal do Comércio**, edição de 19/02/2025). Também, com um monte de códigos e burocracia e alíquotas de vários tipos! Se houvesse simplificação, não haveria problemas, inclusive geraria até mais impostos. (Adriano Aranda)



Falha em notas fiscais é problema estrutural

Orla de Porto Alegre

O terreno de 6,6 mil metros quadrados na orla de Porto Alegre, bem em frente à avenida Augusto de Carvalho, esquina com a rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, prevê 2 torres residenciais, lojas e estacionamento. A área foi adquirida por R\$ 20 milhões pela ABF Developments, conhecida por apostar em projetos no Quarto Distrito, Centro Histórico e Menino Deus (Coluna Minuto Varejo, JC, 28/02/2025). As temperaturas nessa região são demasiadamente altas. Penso que o reflorestamento é "sine qua non". Tenho carinho pela minha cidade, mas cada vez mais penso em ser mais uma a evadir. (Fátima Rosa da Silva)

Coluna Frases e Personagens

Sou leitor diário da coluna Frases e Personagens, na página 2 do JC. A manifestação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), sobre ser fundamental separar a questão política da questão jurídica (edição de 25/02/2025), me deu motivo à pergunta: e quando o jurídico é político e o Senado se acovarda? Ainda acredito que a solução é o povo na rua. (Carlos Edison Domingues, de Santa Maria)

Eduardo Leite

Pesquisa de fevereiro da Genial/Quaest mostra que o governador Eduardo Leite alcançou 62% de aprovação no Rio Grande do Sul. A desaprovação é de 33% e 5% não souberam ou não responderam (JC, 28/02/2025). Devem ter escolhido a dedo o grupo a ser entrevistado. De cada dez pessoas que converso, o grupo que reclama dessa gestão é bem maior do que seis, ou seja 60%. A rejeição dele e de Lula estão lado a lado. (José Emanueli Junior)

Eduardo Leite II

Inteligente, ponderado e hábil negociador político. Eduardo Leite é o que o Brasil está precisando. (Lucas Motta)

Frequência escolar

O índice de frequência escolar no RS está abaixo da média nacional. O percentual de alunos em sala de aula era de 24,36% em agosto de 2022 (JC, 27/02/2025). Enquanto educação for política de governo - ao "bel-prazer" dos governadores de turno e seus secretários - ao invés de política de Estado, não haverá melhorias. (Rinaldo Figueiredo)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Uma bomba chamada Previdência

Jerônimo Goergen

A declaração do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, de que a Previdência Social é uma "bomba que não vai parar de explodir" sintetiza um problema que há décadas vem sendo empurrado com a barriga. O Brasil trata a Previdência como uma colcha de retalhos, aplicando remendos sucessivos sem resolver sua estrutura deficitária. Enquanto isso, os cofres públicos sangram e o trabalhador comum vive a incerteza sobre sua aposentadoria.

O modelo previdenciário brasileiro, baseado na repartição simples, está se tornando inviável. Em 1980, havia 13 trabalhadores para cada aposentado; hoje, essa relação é de 6 para 1 e, até 2050, pode chegar a 2 para 1. O déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) atingiu R\$ 320 bilhões em 2023, sem contar os regimes próprios dos servidores. Esse rombo é coberto pelo Tesouro, comprometendo investimentos essenciais.

A reforma necessária passa por três pilares fundamentais. Primeiro, é preciso mudar o modelo previdenciário, adotando um sistema híbrido que combine repartição e capitalização. Países como Chile, Suécia e Canadá já fizeram essa transição, garantindo maior previsibilidade e justiça na distribuição dos recursos. No Brasil, cada trabalhador deveria poder acumular sua própria poupança previdenciária, reduzindo a dependência do Estado e garantindo uma aposentadoria

mais segura.

O segundo pilar é a revisão dos privilégios que ainda existem dentro do sistema. Certas categorias do serviço público se aposentam com benefícios muito superiores aos da iniciativa privada, criando uma distorção injustificável. Enquanto um trabalhador comum recebe, no máximo, o teto do INSS, de R\$ 7.786,02, algumas carreiras do funcionalismo garantem aposentadorias integrais muito acima desse valor. Essa desigualdade precisa ser corrigida para que o sistema seja mais justo e sustentável.

O terceiro pilar é o combate a fraudes e pagamentos indevidos, que consomem bilhões anualmente. O governo precisa fortalecer mecanismos de controle para evitar aposentadorias fraudulentas e pensões irregulares.

Sem uma reforma profunda, o Brasil enfrentará consequências severas: aumento da carga tributária, menor crescimento econômico e risco de colapso previdenciário. O verdadeiro ajuste fiscal não passa por mais impostos, mas por uma Previdência equilibrada. O momento de agir é agora.

Advogado e ex-deputado federal (PP)

O Brasil trata a Previdência como uma colcha de retalhos, aplicando remendos sem resolver déficits

Lula em queda

Leonardo Godinho

Nos últimos meses, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem enfrentado uma queda significativa em sua aprovação popular. Pesquisas recentes indicam que a avaliação negativa da administração atingiu 44%, superando a positiva. Esse declínio pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo a alta nos preços de alimentos e combustíveis, que têm impactado diretamente o cotidiano dos brasileiros.

A percepção de que promessas de campanha não estão sendo cumpridas contribui para o desgaste

Em resposta às críticas e a desaprovação popular, o governo federal resolveu apostar na mudança da estratégia de comunicação. Lula substituiu o então ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, pelo publicitário Sidônio Palmeira. A mudança se deu claramente para dar um maior espaço à propaganda das ações do governo.

A ideia era trazer visibilidade às ações do governo federal, mas, no marketing político, quando se joga luz sobre um problema sem uma solução clara, a percepção pública tende a piorar. Em vez de melhorar a imagem da gestão, a nova abordagem pode estar reforçando a insatisfação popular, evi-

denciando ainda mais os desafios que o governo enfrenta na entrega efetiva de políticas públicas que resultem positivas no cotidiano das pessoas.

A troca no comando da comunicação se revela insuficiente para reverter a tendência de desaprovação. A escalada nos preços de itens essenciais, como o café, que atingiu R\$ 145,00 o quilo, tem gerado insatisfação generalizada, justamente na camada mais popular do Brasil. Além disso, a percepção de que promessas de campanha não estão sendo cumpridas contribui para o desgaste da imagem presidencial.

Outro aspecto que merece atenção são os discursos improvisados de Luis Inácio Lula da Silva, nos quais, por vezes, ocorrem gafes ou mesmo contradições em relação a declarações anteriores. Essas inconsistências na liderança política do presidente tendem a minar a confiança do público reforçando a tendência de aumento da rejeição da imagem.

A chance de reverter esse cenário, seria a disposição do governo em alinhar suas práticas de comunicação com ações concretas na gestão econômica e no cumprimento das promessas eleitorais. A transparência e a coerência entre discurso e prática são fundamentais para reconquistar a confiança da população e estabilizar a aprovação governamental. Parece não ser o caminho adotado!

Especialista em comunicação política